
A gestão das políticas curriculares e de conteúdos no Brasil por um observador direto.

A minha história com as Políticas de Gestão Curricular e Conteúdos Escolares no Brasil

Por Marcos Cordioli

A minha trajetória de estudos sobre as políticas curriculares brasileiras começou em 1997, quando publiquei, pela Editora Moderna, em Curitiba, o livro "Para Entender os PCNs: Os Temas Transversais". Naquele momento, os Parâmetros Curriculares Nacionais haviam sido recentemente publicados pelo Ministério da Educação e representavam uma das principais iniciativas de construção de referências curriculares nacionais desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

O meu primeiro estudo foi dedicado aos PCNs destinados às 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, especialmente à discussão dos temas transversais. O livro teve ampla circulação em diferentes regiões do Brasil e acabou dando origem a uma trajetória muito intensa de palestras, cursos, assessorias e consultorias. Ao longo dos anos seguintes, realizei mais de uma centena de atividades para redes públicas de ensino, instituições escolares, sistemas de ensino, editoras e órgãos governamentais. Também participei de eventos nacionais e internacionais dedicados aos Parâmetros Curriculares Nacionais, aos Referenciais Curriculares Nacionais e às discussões relacionadas aos temas transversais.

Foi nesse processo que comecei a perceber que os documentos curriculares não poderiam ser compreendidos isoladamente. Cada documento fazia parte de uma história mais ampla de construção das políticas educacionais brasileiras. Por isso, passei a acompanhar sistematicamente não apenas os PCNs e os Referenciais Curriculares Nacionais, mas também as Diretrizes Curriculares Nacionais, os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação, os programas do Ministério da Educação e os diferentes documentos que, de alguma maneira, interferiam na organização curricular e educacional do país.

Essa história, na realidade, havia começado antes de mim. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no artigo 210, que seriam fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, assegurando uma formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, estabeleceu que os currículos da Educação Básica deveriam possuir uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada relacionada às características regionais e locais.

Foi nesse contexto que, em 1997, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais para a 1ª a 4ª séries e, em 1998, os PCNs para a 5ª a 8ª séries. Naquele mesmo ciclo histórico foram produzidos também os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil e, posteriormente, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, publicados em 2000.

Eu me inseri nesse processo justamente no momento em que o país começava a experimentar uma nova forma de pensar a relação entre as orientações nacionais e a autonomia dos sistemas de ensino e das escolas. Os PCNs não eram ainda a Base Nacional Comum Curricular que conheceríamos duas décadas depois. Eram parâmetros e referências para orientar o trabalho pedagógico e estimular a construção dos currículos.

A partir daí, meu interesse foi se ampliando. Passei a acompanhar também o processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais e a produção normativa do Conselho Nacional de Educação. Durante os governos Lula e Dilma, acompanhei de perto a atualização desse conjunto de documentos, incluindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes para o Ensino Fundamental de nove anos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Eu acompanhei, também, o desenvolvimento do programa Currículo em Movimento, entre 2008 e 2010, as discussões realizadas na Conferência Nacional de Educação de 2010 e os processos que gradualmente levaram a uma mudança importante na concepção da política curricular brasileira: a passagem de referências e parâmetros para uma base nacional de aprendizagens essenciais.

A minha experiência acadêmica e profissional foi se entrelaçando com esse processo. Passei a tratar dessas questões em palestras, cursos, assessorias e também em aulas de graduação, especialização e mestrado. Quanto mais estudava os documentos, mais percebia que a compreensão das políticas curriculares exigia acompanhar também os processos políticos e institucionais que lhes davam origem.

Essa experiência de estudo e de ensino também se converteu em novas publicações. Em 2005, publiquei, pela Editora Melo, em Pinhais, o livro "Currículo Escolar: Teorias e Práticas", dedicado à reflexão sobre as teorias do currículo e sobre sua realização nas práticas escolares.

Em 2009, essa trajetória resultou em um convite do então presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para que eu assumisse uma consultoria técnica naquela Casa. Foi uma mudança importante na minha experiência, porque passei a acompanhar as políticas educacionais não apenas como pesquisador, professor ou consultor de instituições educacionais, mas também dentro do processo legislativo federal.

Posteriormente, ao me desligar da Comissão para assumir uma função na Agência Nacional do Cinema, continuei colaborando como consultor ad hoc em processos relacionados à elaboração do Plano Nacional de Educação. Essa experiência me colocou diante de uma dimensão ainda mais ampla da política educacional brasileira.

Tive a oportunidade de coordenar mais de 300 audiências públicas e processos de escuta envolvendo instituições e segmentos muito diversos. Participei de discussões com entidades como as representações de reitores, de professores, estudantes, servidores, de instituições de ensino superior, instituições comunitárias e confessionais, organizações da Educação Básica e diferentes segmentos da sociedade.

Eu, também, estive contato com representantes da educação inclusiva, da educação indígena, da educação em territórios atingidos por grandes empreendimentos e de outros grupos que apresentavam demandas específicas. Ao mesmo tempo, pude ouvir intelectuais, pesquisadores, professores, gestores e dirigentes educacionais de diferentes níveis e regiões do Brasil.

Essa experiência foi decisiva para mim. Percebi ainda mais claramente que uma política curricular não nasce apenas de um documento produzido por uma equipe técnica. Ela resulta de uma complexa relação entre legislação, governos, sistemas de ensino, universidades, escolas, professores, entidades representativas, pesquisadores, movimentos sociais e diferentes interesses presentes na sociedade.

Em 2011, publiquei, pela Editora Dialógica, em Curitiba, o livro "Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil", no qual procurei reunir a reflexão sobre a organização dos sistemas de ensino e sobre as políticas educacionais que os orientam.

Em 2014, o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação, por meio da Lei nº 13.005. O PNE estabeleceu 20 metas para a educação brasileira e passou a dar uma referência decisiva para a construção da Base Nacional Comum Curricular. Algumas de suas metas e estratégias estabeleceram explicitamente a necessidade de definição de aprendizagens comuns e de articulação das políticas curriculares nacionais.

No ano seguinte, em 2015, começou formalmente o processo de elaboração da BNCC. Participei desse período acompanhando atentamente as discussões e os documentos que foram sendo produzidos. Em setembro daquele ano foi apresentada a primeira versão da Base, que passou por ampla consulta e recebeu milhões de contribuições.

Em 2016 foi apresentada a segunda versão, seguida por 27 seminários estaduais realizados entre junho e agosto. Professores, gestores, especialistas e diferentes setores da comunidade educacional participaram das discussões. A partir desse processo começou a elaboração da terceira versão.

Em 2017, o Ministério da Educação encaminhou ao Conselho Nacional de Educação a versão da BNCC correspondente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. Depois do processo de análise e discussão no Conselho, essa parte da Base foi homologada em dezembro daquele ano. A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, instituiu e orientou sua implementação.

Em 2018, o processo avançou para o Ensino Médio. A terceira versão da BNCC dessa etapa foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação em abril. O documento passou por audiências públicas e novas discussões e foi homologado em dezembro de 2018. Com isso, completou-se a BNCC da Educação Básica.

Acompanhei esse processo reconhecendo nele uma mudança importante na história das políticas curriculares brasileiras. A trajetória iniciada com a Constituição de 1988, aprofundada pela LDB de 1996 e materializada nos PCNs, nos Referenciais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais chegava a uma nova etapa com a BNCC.

Mas a história não terminou com a homologação da Base.

Em 2022, por exemplo, o Conselho Nacional de Educação aprovou normas específicas para a Computação na Educação Básica como complemento à BNCC. A Resolução

CNE/CEB nº 1/2022 passou a estabelecer referências para conteúdos e habilidades de Computação que deveriam ser considerados nos currículos escolares.

Ao mesmo tempo, o ciclo do Plano Nacional de Educação chegava ao seu período final. O PNE aprovado em 2014 tinha vigência originalmente prevista para dez anos. Com a aproximação do encerramento desse período e diante da tramitação de um novo plano, foi aprovada a Lei nº 14.934/2024, que prorrogou a vigência do PNE até 31 de dezembro de 2025.

Essa prorrogação abriu um período de transição entre o primeiro ciclo do PNE que acompanhei tão de perto e a construção de um novo Plano Nacional de Educação. A tramitação do novo PNE, entre 2025 e 2026, passou a representar mais uma etapa dessa história, com novas metas, estratégias e desafios para a educação brasileira.

Foi justamente ao perceber a dimensão dessa trajetória que, no período posterior à pandemia, decidi retomar e organizar o acervo documental que vinha acumulando desde os anos 1990.

Ao longo de quase três décadas, reuni uma quantidade muito grande de documentos em diferentes formatos, especialmente arquivos PDF. São versões dos PCNs, Referenciais Curriculares, Diretrizes Curriculares Nacionais, pareceres, resoluções, documentos do Ministério da Educação, documentos do Conselho Nacional de Educação, versões da BNCC, materiais relacionados aos Planos Nacionais de Educação, relatórios, estudos, artigos e outros documentos que ajudam a compreender como essas políticas foram sendo construídas.

Resolvi agora organizar esse material e disponibilizá-lo neste portal porque acredito que essa documentação possui valor que ultrapassa a minha trajetória pessoal. Ela permite recuperar parte da memória de um processo histórico fundamental para compreender a educação brasileira.

Por isso, este portal não pretende apresentar apenas uma coleção de documentos. Minha intenção é organizar uma espécie de memória documental da gestão das políticas curriculares no Brasil.

Quero permitir que professores, gestores educacionais, pesquisadores, estudantes e instituições possam acompanhar essa trajetória com maior facilidade, encontrando em um mesmo espaço os documentos que marcaram diferentes momentos da construção curricular brasileira.

Estou organizando também a produção normativa do Conselho Nacional de Educação, procurando facilitar a compreensão de como foram construídas as orientações legais, curriculares e organizacionais que estruturaram a educação brasileira ao longo desse período.

Além dos documentos oficiais, o portal reúne artigos, estudos e publicações que produzi ao longo dessa trajetória, assim como novos relatórios de pesquisa que estou elaborando a partir da retomada desse acervo.

A minha intenção é também registrar aquilo que muitas vezes não aparece nos documentos finais: os processos de discussão, as diferentes versões, as audiências públicas, os debates, as contribuições e as diferentes concepções de educação que estiveram presentes na construção dessas políticas.

Acredito que conhecer essa história ajuda a compreender melhor o presente. A BNCC não surgiu isoladamente. Ela é resultado de uma trajetória que passa pela Constituição de 1988, pela LDB de 1996, pelos PCNs, pelos Referenciais Curriculares Nacionais, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, pelo Currículo em Movimento, pelas Conferências Nacionais de Educação, pelos Planos Nacionais de Educação e por um longo processo de participação e formulação institucional.

Eu vivi parte significativa dessa história como professor, pesquisador, autor, consultor, palestrante e participante de diferentes processos de discussão das políticas educacionais. Por isso, a organização deste portal representa também uma forma de reunir e compartilhar uma parte importante da minha própria trajetória profissional e intelectual.

Este é, necessariamente, um trabalho inconcluso. A política curricular brasileira continua se transformando, novos documentos estão sendo produzidos e novos desafios surgem permanentemente, especialmente diante das transformações tecnológicas, da inteligência artificial, da educação digital e das mudanças sociais que impactam a escola.

Continuarei, portanto, pesquisando, organizando e incorporando novos documentos e estudos a este acervo.

Mais do que preservar documentos, quero contribuir para preservar a memória de como o Brasil pensou, discutiu, formulou, regulamentou e implementou suas políticas curriculares.

Essa história começou muito antes de mim. Mas, desde 1997, quando publiquei meu primeiro livro sobre os PCNs, passei a fazer parte dela. É essa trajetória, juntamente com os documentos que consegui reunir ao longo desses anos, que agora procuro organizar e compartilhar neste portal.